



Estado do Pará
CÂMARA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
PALÁCIO MANOEL PEDRO CASTRO
CNPJ: 04.855.318/0001-05
Fundada em 07 de janeiro de 1884

PARECER DO CONTROLE INTERNO Nº 19/2023-CI

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2023120401-CMS
ADESÃO Nº 001/2023-CMS

Considerando as normas e procedimentos inerentes as atribuições constitucionais desta Controladoria Interna, conforme disposto nos artigos 30, 70 e 74 da Constituição Federal; artigo nº 76 de Lei nº 4.320/64, Resolução nº 7739/2005/TCM-PA, assim como o disposto na Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), nos termos do §1º, do art. 11, da RESOLUÇÃO Nº. 11.410/TCM de 25 de fevereiro de 2014, a Sta. **ADRIENE SOARES DE BARROS**, RG: 4266382-PC/PA, Coordenadora do Controle Interno da Câmara Municipal de Salinópolis, declara que analisou os atos realizados pela Comissão de Licitação, referente aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes (Mobiliário em Geral, Equipamentos de Informática, Eletrônicos e Eletrodomésticos), a fim de atender as necessidades da Câmara Municipal, mediante a **ADESÃO DE ATA nº 001/2023-CMS**, decorrente do PREGÃO ELETRONICO Nº 9/2022-00041-SRP-PMT, do Município de Tracuateua/PA, empresa **INFINITY COMERCIO DE MERCADORIAS EM GERAL LTDA**, inscrito no CNPJ nº 45.417.758/0001-68, com sede na Av. Major Aviador Seda, n.º 178, Mangueirão, CEP: 66.640-210, Belém/PA, com valor global de R\$ 75.350,00 (Setenta e Cinco Mil e Trezentos e Cinquenta Reais), tendo como base nas regras insculpidas pela Lei nº. 8.666/ 93 e demais instrumentos legais correlatos. E, declara ainda, que o procedimento administrativo, encontra-se:

(X) Revestidos de todas as formalidades legais, nas fases interna, habilitação, julgamento, publicidade e contratação, estando apto a gerar despesas para a municipalidade;

() Revestidos parcialmente das formalidades legais, nas fases interna, habilitação, julgamento, publicidade e contratação, estando apto a gerar despesas para a municipalidade, embora presente a (s) seguinte (s) ressalva (s):

() Com irregularidade (s) de natureza grave, não estando aptos a gerar despesas para a municipalidade, conforme a (s) impropriedade (s) ou ilegalidade (s) enumerada (s) a seguir:

Salvo melhor juízo, este Controle Interno entende que o procedimento administrativo supramencionado se encontra em ordem, podendo a administração pública dar sequência a realização e execução das referidas despesas e, por fim, DECLARA estar ciente de que as informações aqui prestadas estarão sujeitas à comprovação por todos os meios legais admitidos, sob pena de crime de responsabilidade e comunicação ao Ministério Público Estadual, para as providências de alçada.

Salinópolis/PA, 13 de dezembro de 2023.

Adriene Soares de Barros
RG nº 4266382/PC/PA
Controlador Interno Controlador Interno